

3.

Das perspectivas sobre a formação social e institucional brasileira

“Patrimonial e não feudal o mundo português, cujos ecos soam no mundo brasileiro atual, as relações entre o homem e o poder são de outra feição, bem como de outra índole a natureza da ordem econômica, ainda hoje persistente, obstinadamente persistente”.

(**Raymundo Faoro**, Os Donos do Poder, 1987, p. 18)

A literatura sobre a formação social e institucional brasileira é vasta e densa. Por questões didáticas, geralmente procura-se dividi-la por épocas ou gerações de pensadores preocupados em analisar e apresentar uma versão da vida nacional. Senão vejamos: uma 1ª geração de pensadores compreendida nas décadas de 1920/30, cujos trabalhos publicados apresentavam um caráter ensaístico e tinham como ponto central abordar os caminhos de nossa formação social e institucional, sendo também considerada como geração de interpretações clássicas do Brasil, composta de autores como Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Nestor Duarte, Sérgio Buarque de Buarque e Caio Prado Jr; uma 2ª geração está situada entre os anos de 1945 e 1980, tendo como preocupação os temas da modernização, do crescimento econômico, da relação entre capital e trabalho, e do nacionalismo, a frente da qual aparecem os nomes de Celso Furtado, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Hélio Jaguaribe, dentre outros; e, por fim, uma 3ª geração, herdeira do legado de temas outrora desenvolvidos, e filha histórica do processo de modernização do país, confluindo de certa maneira para as questões seguintes: modernidade, institucionalização das ciências sociais, construção da cidadania, da democracia e desenvolvimento, sobressaindo os nomes de José Murilo de Carvalho, Werneck Vianna, Roberto DaMatta e Octavio Ianni.

O nosso objetivo neste segundo capítulo é apresentar algumas dessas perspectivas e outras importantes contribuições sobre a formação social e institucional brasileira, buscando delinear seus traços mais determinantes e

representativos da natureza das relações sociais no plano nacional. Com isso, esperamos evidenciar que os padrões de nossas relações sociais estão fundados sobre certos pressupostos diametralmente opostos daqueles verificados nos países centrais da Europa, razão pela qual as dimensões concernentes ao desenvolvimento da cidadania brasileira teriam obedecido a tendências bem diversas.

As primeiras décadas do século XX, no Brasil, caracterizam-se por um clima de efervescência de idéias, cuja principal dedicação da intelectualidade da época estava em decifrar os verdadeiros elementos que corporificam nossa nacionalidade.

Para tanto, é preciso esclarecer que tal exame é realizado num contexto social, político e econômico bastante turbulento no país, o que parece ser um indicativo da dimensão pragmática desses escritos. Sem a pretensão de tratar do mérito se a vasta gama de obras do referido período consistiam em manifestações verdadeiras de nosso pensamento político, como procura analisar Raymundo Faoro¹, o fato é que mantinham uma preocupação em capturar elementos para dar rumos ao país, na maioria das vezes, para visitar o território da prática.

Com efeito, a chamada “questão nacional” é tema de vários estudos em contextos e épocas distintos de nossa história, o que reflete os modos pelos quais são pensados e repensados o presente, o passado e o futuro do Brasil.

Em a *Idéia de Brasil Moderno*, Octavio Ianni² nos oferece uma abordagem geral e ao mesmo tempo específica, ao chamar atenção para essa reiterada interpretação dos aspectos fundamentais da sociedade brasileira, os quais permitiriam a composição do Brasil como nação, bem como assinala a preocupação de uma parte ampla da produção intelectual brasileira em compreender as condições de modernização do país. Eis aí a obsessão dos intelectuais pela “questão nacional”, a qual, segundo ele, atravessa a história do pensamento brasileiro. Assim, documenta que

“o Brasil já foi pensado de modo particularmente abrangente em várias épocas: a partir da Declaração de Independência de 1822, da Abolição da Escravatura e da

¹ FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.

² IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1996.

Proclamação da República em 1888-1889, e da Revolução de 30, bem como de outras rupturas mais ou menos notáveis”. (...)

“A questão nacional é um tema constante no pensamento brasileiro. Diz respeito a como se cria e recria a nação, em cada época, conjuntura ou ocasião”(1996: 8).

Dirigindo nossa atenção para o ambiente sócio-político e intelectual da Primeira República, compreendido entre os anos de 1889 e 1930, percebe-se a profusão de idéias que vão procurar avaliar o impacto e os efeitos decorrentes das mudanças introduzidas pela Constituição de 1891 – que instituiu a República Federativa como forma de Estado, o presidencialismo como forma de governo e o regime de governo democrático - , permitindo, assim, que a população exercesse seu poder por meio de representantes escolhidos em eleições diretas. Porém, com a redução da participação política do eleitorado a 1,3% da população, aliada – é preciso que se diga – a um ambiente de fraude eleitoral, isto é, “além de ser mínima a participação eleitoral, o processo era totalmente deturpado” (Carvalho, 1989, p. 88).

A modernização que parecia estar atualizada à realidade social brasileira, vai se perdendo na neblina dos impasses e anacronismos de uma estrutura institucional montada para atender apenas aos interesses de uma pequena parcela da população.

A respeito desta lógica do controle político por uma minoria durante a República Velha, Paiva³ destaca como ela

“explica a apropriação do espaço público por um pequeno grupo. Os recém-adquiridos mecanismos democráticos de um regime moderno eram usados em proveito de alguns poucos e manipulados para que os poucos representantes da elite agrária continuassem no poder. Dizendo em outras palavras, o espaço público continuava privatizado”. (2001, p. 45)

Coisa pública? Poder do povo? É neste contexto que despontam diversos autores cujas interpretações procuram desvelar os rumos pelos quais poderia o Brasil “entrar no ritmo da história”.

³ PAIVA, Ângela Randolpho. O público, o privado e a cidadania possível: a construção do espaço público brasileiro. Rio de Janeiro: ed. Senac Nacional, 2001.

Sobre o vasto movimento intelectual que caracterizaria os fins do século XIX e começos do XX, Ianni oferece efetivamente uma cartografia das idéias e perspectivas que se projetavam no cenário nacional:

“todos, a despeito das diversidades de perspectivas e propostas, pensam o Brasil Moderno, o capitalismo nacional, o capitalismo associado, a industrialização, o planejamento governamental, a reforma do sistema de ensino, a reforma agrária, a institucionalização de garantias democráticas, a superação da preguiça pelo trabalho e da luxúria pelo ascetismo, a mudança das instituições e atitudes, a reversão das expectativas, a revolução política, a revolução social. Em distintas gradações, as perspectivas de uns e outros abrem-se em um leque bastante amplo, compreendendo propostas de cunho liberal, liberal-democrático, corporativo, fascista, socialista e outras”. (1996, p.37)

Em apertada síntese, estes “intérpretes” passaram a investigar o passado sócio-histórico brasileiro, procurando as soluções possíveis para os dilemas do presente, chegando, na maioria das vezes, a apresentar propostas para o futuro, sempre em busca da “revolução brasileira” (Ianni, 1996, p.63).

Um cardápio variado de diagnósticos e receitas, na virada do século XIX para o XX, constituíam-se como projetos de narrativa da nacionalidade, na medida em que selecionavam como objeto de reflexão e problematização o “sentido nacional”.

Sobre nosso movimento nacionalista, destaca Boris Fausto que ele ganha um relevo peculiar, já que tanto a direita quanto a esquerda fizera uso dele. (2001, p.16), salientando que ele se distanciara daquele nacionalismo revolucionário europeu compreendido entre os séculos XVIII e meados do século XIX, bem como de outras vertentes, entre as quais estariam incluídas o nazi-facismo e o tradicionalismo católico. (2001,p.17) Por quê? Porque jamais defenderam mobilização das massas, transcendentalismo, afirmações espiritualistas, mas sim, ao contrário,

“em seu diagnóstico da formação da sociedade brasileira e em seu receituário, os nacionalistas autoritários constituíram uma corrente cientificista, na oportuna denominação de autores como Lúcia Lippi Oliveira e José Luis Beired. Pensadores como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral trataram de desvendar, com base nas

ciências humanas as razões de existência do Brasil de um povo, mas não de uma nação, buscando definir a partir desse diagnóstico, os caminhos para a construção nacional”. (2001, p.19)

Boris Fausto (2001) também nos demonstra claramente como emergirá a tradição de pensamento política autoritária no Brasil⁴ em detrimento do ambiente sócio-político da época, registrando

“a emergência de idéias autoritárias se deu, nos anos 1920, na vigência de um regime oligárquico-liberal, que ganhou forma com a República. O liberalismo foi associada às práticas oligárquicas, que pressupunham a fraude eleitoral, a escassa participação política da população e o controle do país pelos grandes estados, enfraquecendo o poder da União” (2002, p.14)

Caio Prado Júnior, em “A Formação do Brasil Contemporâneo”, oferece uma análise profunda sobre o modo como se efetuou a obra da colonização portuguesa no Brasil, e as transformações que se sucederam nos campos político, econômico, administrativo e social, no início do século XIX, não obstante para ao fim e ao cabo assinalar que tais eventos apenas determinaram o “início de um processo histórico que se prolonga até os nossos dias e que ainda não está terminado” (Prado Junior, 1979, p. 10).

Para ele, tal período é valioso por dois motivos: primeiro, em 1808, transfere-se a monarquia portuguesa para o Brasil, e, segundo, em 1822, opera-se a emancipação política do país.

⁴ Embora estejamos utilizando o trabalho de Fausto para fazer esta pequena descrição do período e contexto do início do século XX, no Brasil, ressaltamos aqui a existência de um debate ainda em aberto, que nos ocupou por um bom tempo durante a realização desta pesquisa, que é especificamente sobre a natureza deste pensamento autoritário, haja vista que se Fausto atribui um caráter cientificista a ele, Bolívar Lamounier e Wanderley Guilherme dos Santos o tipificam de maneira totalmente distintas, consistindo, para o primeiro, num movimento inaugural de pensamento político cujo foco central é o Estado, o que representaria a emergência do “Estado benevolente”, ou seja, um pensamento de justificação do Estado (Lamounier, 1985), ao passo que para o segundo autor (Santos, 1978) tal pensamento autoritário teria uma natureza instrumental, com outras palavras, teríamos configurado aí o que denominou de “autoritarismo instrumental”, enquanto voltado para preparar o terreno em que seriam dados os primeiros passos da industrialização no país. De qualquer forma, independente desta discussão, como demonstrou Celso Furtado, em *A Operação Nordeste*, “O desenvolvimento econômico no Brasil, nos últimos decênios do século XIX, e em toda a primeira metade do século XX, assumiu a forma de articulação cada vez maior dessas ilhas econômicas (...) à medida que a industrialização alcançava etapas mais avançadas, as desigualdades regionais, dentro do Brasil, tenderam a acentuar-se (...) a formação de grupos regionais antagonísticos poderá ameaçar a maior conquista de nosso passado: a unidade nacional (...) Força é convir que, entre nós, o Estado não está aparelhado, sequer, para solucionar problemas econômicos correntes” (1959, p.11, p.12, p.16, p.17).

Na sua interpretação, atingíamos aí “um ponto morto”, tendo em vista que o quadro da evolução colonial e da formação nacional estaria realizado e completo. Conforme nos lembra, “nele se contém o passado que nos fez; alcança-se aí o instante em que os elementos constitutivos da nossa nacionalidade – instituições fundamentais e energias – organizados e acumulados desde o início da colonização, desabrocham e se completam. Entra-se então na fase propriamente do Brasil contemporâneo, erigido sobre aquela base” (Prado Junior, 1979, p. 9).

É importante frisar que o autor está chamando atenção para um momento no qual nossa história teria processado uma transformação, entretanto, tal passagem não seria capaz de representar uma mudança substancial nos arranjos constitutivos de nossa sociedade, vez que nosso sistema primitivo de produção – a servidão, modeladora de nossas relações sociais - bem como o formato econômico agro-exportador do país estariam em plena atualidade.

Com efeito, a escravidão e o sistema econômico de produção voltado exclusivamente para o mercado europeu constituem as bases que caracterizavam a sociedade colonial e sobre as quais se inaugura a nova fase.

Daí sua maneira de se remeter ao passado enquanto

“aquele passado colonial que (...) aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir (...) atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial”(Prado Junior, 1979, p.11).

Em pouquíssimas linhas, pode-se perceber que daquele sistema configurado no antigo regime colonial decorrem muitos dos nossos problemas e desafios na atualidade, passando-se a entender o motivo pelo qual ainda não teríamos nos desligado dos traços coloniais, e daí o atraso. Como vimos, a escravidão é uma marca indelével de nossa sociedade colonial. Sua configuração, aliás, cumprirá outro papel: a formação do clã patriarcal.

Analisando o aspecto orgânico da sociedade colonial brasileira, Caio Prado destaca que “com a escravidão que constitui a base essencial, domina o cenário da vida na colônia: é o clã-patriarcal” (Prado Junior, 1979, p. 286)

Nesta *unidade singular de nossa estrutura social* concentram-se todas as atividades da sociedade, gerando um todo orgânico que reúne os entes da família, submete os criados e atrai os que buscam de algum modo sobreviver.

O nosso ponto de partida, assim, é a formação da vida social que vai se constituir nos domínios rurais na esteira do regime colonial da escravidão. Deste sistema de servidão, decorre o setor organizado da sociedade colonial: o clã patriarcal. A rigor, ele representa a “unidade econômica, social, administrativa, e até de certa forma religiosa. (Prado Junior, 1979, p. 286)

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda desenvolve, também, uma análise acerca da presença do clã patriarcal nas bases da formação social brasileira. A despeito de reconhecer os mesmos efeitos indicados por Caio Prado Júnior, seu estudo sobre a influência do patriarcalismo se dá em uma outra perspectiva, pois observa que “o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas a riqueza que custa ousadia, não a riqueza que custa trabalho” (Holanda, 1991, p. 49).

Destaca o caráter personalista e plástico de nossas relações sociais, isto é, essa busca extremada pela autonomia aliada a uma estrutura social frágil e incapaz de implicar solidariedade e ordenação, o que explicaria a fraca vida associativa e a exigência de uma força ou poder superior e exterior, respeitável e temido. Por isso, salienta que

“em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente energética do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente”(Holanda, 1991, p.45)

Tal registro é de extrema importância, pois é a partir daí que a formação da sociedade brasileira seguirá seus caminhos, inclusive na sua dimensão política, como é o caso da cidadania.

Fica claro, então, que toda nossa estrutura social foi edificada fora dos meios urbanos e a partir do núcleo familiar do patriarcalismo.

Conforme analisa Sérgio Buarque de Holanda, “nos domínios rurais a autoridade do proprietário de terras não sofria réplicas (...) O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo”. (Holanda, 1991, p.80)

A sociedade brasileira tem nas bases de sua formação, como se pode ver, uma estrutura extremamente ligada aos laços familiares de sangue e dependência senhorial, bem como um formato de autonomia em cada parte desses conjuntos ou unidade onde se constitui o clã patriarcal, o que demonstra uma organização fragmentada do todo e uma tendência à sociabilidade somente a partir de relacionamentos afetivos e pessoais. Esse padrão de família organizada prevalecerá sobre as demais formas de sociabilidade, deixando sua marca histórica na estrutura social da população brasileira. Esse seria, assim, um traço singular e característico de nossa formação social, política e econômica. Contudo, esse poder do clã patriarcal vai além da esfera privada, pois como chama atenção

“o quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”(Holanda, 1991, p. 82)

Portanto, temos no berço de nossa formação o tipo social da família patriarcal como constitutiva da coesão social. Laços tecidos eminentemente por sua natureza afetiva e integradora, e não impessoal e associativa. Uma vida rural que demarca espaços privados autônomos e auto-suficientes, o que o distingue de outros povos que têm na cidade um pólo coletivo catalisador dos grupos e indivíduos membros da comunidade. Os efeitos de tal estrutura, certamente, não poderiam ser outros que não uma realidade com disputas entre grupos de poder e uma estrutura social e racial matizada pelas relações de servidão, definindo lugares específicos na hierarquia social.

Com efeito, analisa o autor

“no Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do desenvolvimento das cidades, mas também do crescimento da comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos até hoje” (...)

(...) “não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, corresponderem a disposição fundamental entre os domínios do privado e do público”. (1991, p. 145)

Já em *Populações Meridionais do Brasil*⁵, Oliveira Vianna elabora um estudo acerca do processo histórico e social de formação da identidade nacional. Essa obra de Oliveira Vianna pode ser entendida a partir de duas dimensões: de um lado, constrói um amplo diagnóstico da formação brasileira desde a sua colonização, e de outro, apresenta uma agenda modernizadora para os problemas brasileiros. De maneira geral, Oliveira Vianna ressalta as falhas decorrentes no modo de organização da vida social e política brasileira, procurando indicar os caminhos possíveis para a fundação de um forte poder central – construção do Estado nacional – capaz de solucionar tais problemas.

Inicialmente, ele procura chamar atenção para os elementos herdados da tradição ibérica incorporados com a obra da colonização portuguesa. Entretanto, lembra que o contato com o novo habitat ou meio social teria resultado numa contradição determinante para o processo de formação dos tipos sociais que viriam a ser constituir: o sertanejo, o matuto e o gaúcho.

Separando o que ele define de “espírito peninsular” daquilo que passara a ser o novo ambiente, isto é, o “novo meio”, para o qual imigraram os portugueses, embora repletos desses ares “de sociabilidade, de urbanidade e de luxo”, o contato com o novo meio trouxe como consequência a “essa nova sociedade em formação” uma natureza não mais urbana e centrípeta tal com encontrava-se na metrópole, mas uma sociedade de caráter rural e centrífugo, “assentada por inteiro sobre uma base exclusiva de latifúndio agrícola. Portanto, uma sociedade de

⁵ VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/Niterói: Itatiaia/UFF, vol.1, 7ª edição, 1987. 1ª edição: 1920.

hábitos e costumes caracteristicamente rurais” (1987, p. 33). Há uma mudança: “o objeto das preferências sociais não é mais (...) o luxo das sedas e dos salões, é já o domínio rural” (1987, p. 40).

Sendo assim, é nas populações rurais que se localiza o centro. Dentre estes, teríamos a preponderância do tipo social das matas, o matuto, já que reside aí o peso da formação agrícola (cana, café e cereais) e da vida rural sobre a massa social do país e consistira no centro de gravitação da política nacional. Numa palavra, as populações rurais constituem o centro de sua investigação justamente porque seriam sinônimos de “*matrizes da nacionalidade*”. Delas partiriam as linhas que emolduram nossa nacionalidade, marca de nossas grandezas, mas também deficiências sociais e políticas.

Num sentido geral, Oliveira Vianna observa que o “novo meio” trouxe conseqüências negativas para a formação social brasileira, impedindo que se construísse uma unidade nacional. Com a formação de clãs e poderes privados, os nossos problemas têm a ver a atribui ao atraso brasileiro à vida política e social, identificado-as com a desorganização e a anarquia característicos de nossa formação, já que representariam a dispersão e privatização do poder político, desfigurando a unidade nacional e o sentimento de coletividade, sintetizadas como dimensão pública. Ao mesmo tempo haveria traços formadores de grande potencial, que nos autorizam a almejar a construção da Nação e de seu futuro grandioso com base em qualidades próprias predominantemente de cunho étnico ou político cultural, derivados de nossa ascendência branca e fidalga e de nossa imponente tradição monárquica – traços da nobreza aristocrática senhorial lusitana, encontradas na Metrópole, na nobreza latifundiária e na época do Império. Por isso dizer que “os homens, que a formam – em alusão à aristocracia colonial – vêm da mesma estirpe étnica e trazem a mesma civilização social e moral”. (1987, p. 30)

O ponto-chave para compreender a transição do esplendor para a anarquia social e política a que teria chegado os elementos formativos de nossa nacionalidade pode ser examinado na seguinte passagem:

“Daí esse conflito interessantíssimo, a que assistimos, durante todo o período colonial, entre o espírito peninsular e o novo meio, isto é, entre a velha tendência européia, de caráter visivelmente centrípeto, e a nova tendência americana, de

caráter visivelmente centrífugo: a primeira atraindo as classes superiores para as cidades e seus encantos; a segunda, impelindo essas mesmas classes para os campos e o seu rude isolamento”(1987, p. 33)

A modernização prevista por ele tem como centro a organização nacional. Uma organização nacional que necessitaria de um poder central forte, tendo em vista que, por imposição do meio, nossas incapacidades para gerar um poder politicamente organizado, ao contrário do que acontecera nas nações liberais (Piva, 2000: 91).

Podemos dizer, assim, que Oliveira Vianna não crê que a constituição política e social do povo brasileiro viesse a produzir um governo democrático e cujo território estivesse dividido em estados independentes entre si tal como no modelo federalista. Por isso, aponta como mais adequada à nossa realidade a fundação do Estado forte, unificador e dirigente, que organize a sociedade e, sustentado por forte sentimento nacional, conduza o país ao seu futuro. Por outro lado, haveria uma avaliação positiva de nossas idiossincrasias e possibilidades, uma vez que Vianna acredita que a fundação do Estado forte é não só o mais adequado ao Brasil como é o melhor receituário de modelo político do mundo moderno, precisamente a tarefa principal que se apresentava ao país naquele momento.

Em face das vertentes liberais que teriam orientado a implantação da forma de governar republicana no Brasil, adverte que a abolição da escravidão, em 1888, seria episódica de um Brasil ilusório, do qual resultara a desorientação de nossa evolução nacional, arquitetura erigida como a inteligência política do Império. Eis porque propõe uma concepção de Estado centralizado e forte, consubstanciado pelos elementos genuínos de nossa herança ibérica, como o caminho próprio para a construção da modernidade brasileira⁶. O autor vê na estruturação política e social da República as causas do atraso e da desordem nacionais – cujas raízes, entretanto, remontam à empresa colonizadora, baseada no latifúndio e no poder local dos chefes de clã – e propõe a superação desse estado de coisas através de uma série de reformas que chegarão a influenciar fortemente a montagem do Estado Novo, a partir de 1937.

⁶ *Problemas de política objetiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª edição, 1945. 1ª edição: 1930.

Em *O Idealismo da Constituição*⁷, desenha um quadro dos problemas advindos da descentralização federalista instituída pela Constituição de 1981 e pelos poderes locais das oligarquias, ao qual se vinculam o liberalismo e a democracia, comprometedores do futuro do país. Daí estabelecer uma moldura a partir da qual seria possível superar o atraso e a desordem: a sociedade deveria ser presidida pelo Estado-nação, o qual asseguraria o porvir civilizado. Por isso, ele rejeita a fase republicana, à qual credita a interrupção das tradições de ordem, comando e unidade havidas no Império (Piva, 2000, p. 22).

Como destaca Luiz Guilherme Piva, “para o autor, não se forjará no Brasil o admirado (também por ele) modelo inglês de organização política e social, tendo em vista os aspectos incapacitadores de nossa formação para a dimensão pública e para a predominância do Estado-Nação (determinismo negativo). O poder central forte (que atende a nossas qualidades formadoras: determinismo positivo) deverá, por isso, criar o espaço público e a Nação, mas não o inglês e sim outro, mais adequado àquele poder central forte que se propõe – por sua vez, este é o que melhor exprime o espaço público e a Nação então criados” (Piva, 2000, p.90).

Isto posto, encontra-se um terreno sedimentado para enfocar especificamente a temática da construção do Estado no contexto brasileiro, procurando-se observar atentamente em que medida a conformação estrutural do nosso passado colonial influenciou e deu os contornos peculiares da atividade do cidadão no espaço público e na vida em sociedade.

Para iniciar esta segunda parte do estudo sobre a formação social e institucional brasileira, é preciso analisar as contribuições de Nestor Duarte, o qual, assim como em Oliveira Vianna, chama atenção para nosso passado histórico de raízes ibérico-portuguesas.

Nestor Duarte adverte que “quem pretenda, pois, analisar tal ou qual aspecto da sociedade brasileira, a forma por que se organizou, as tendências mais vivas que lhe denunciam a natureza e os rumos, deverá empreender o exame da sociedade portuguesa não como simples antecedente, mas como essa própria sociedade, que só depois seria brasileira, com as modificações e misturas que a transmigração por si só não vai processar de inopino” (Duarte, 1966, p. 2).

⁷ *O idealismo da Constituição*. Coleção Brasileira, série5, vol. 141. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª edição, 1939. 1ª edição: 1927.

Assim sobre a natureza da formação política portuguesa, segue dizendo que “quem quer que olhe e observe a história política de Portugal, principalmente na época de formação do Estado nacional, notará que o português era e continuará a sê-lo, o que é mais mencionável, um povo eminentemente particularista, comunal, impregnado e convicto do espírito de fração” (Duarte, 1966, p.3).

Daí dizer que “o português é mais um homem privado do que público” (Duarte, 1966, p.4).

Destacando a continuidade dos impedimentos estruturais da formação do Estado em Portugal nas terras brasileiras⁸, acentua que “o brasileiro político é, assim, o resultado de um produto histórico irregular, deformado e incompleto, como irregular e deformado é o curso de vida do Estado brasileiro” (Duarte, 1966, p.116).

No seu diagnóstico, à conformação social e institucional brasileira faltaria um elo que os uni-se e os levasse a ter como eixo de gravitação a vida pública política, pois o que temos realmente é “uma sociedade de elos tão apolíticos ou, o que é mais notável, de um sistema de domínio a deformar a natureza do poder político, foi sempre animada de um espírito inconformado, mais ou menos irreduzível, ao poder do Estado” (1966, p.124).

E, tratando da falta de capacidade do Estado representar sua população, não hesita em dizer que: “daí aquela fórmula brasileira: um estado fraco a nutrir-se da

⁸ Duarte não está só ao apontar uma correlação de forças concorrentes de poderes e grupos na órbita de atuação do poder real, tendo em vista que Oliveira Martins (1994) historiador entusiasta da formação histórica dos países ibéricos, também o faz, descrevendo que “apoiados sobre a autoridade moral do clero, os reis, embora não reconheçam poderes independentes nos barões, têm também na *Aula régia* – uma espécie de órgão ou instituição que se compunha dos principais oficiais da corte, dos magistrados superiores do Governo, civis e militares, e além disso dos favorecidos pela escolha dos reis. No seu seio se encontravam as duas aristocracias (a burocrática dos romanos e a militar dos godos) reunidos em volta do trono. Espécie de Conselho de Estado, a Aula regia exercia pela categoria dos seus membros a influência ativa e permanente nas decisões dos reis; chegando até a impor-se-lhe, como sucedeu quando levou a cabo a deposição de Vamba (672-80) - uma instituição por meio da qual conseguem agremiar junto a si os principais dos nobres, e derivar em proveito próprio a força de que eles dispõem, partilhando ou afectando (fingindo) partilhar uma soberania que não consentem ver dividida”(1994, p.103). Em outra passagem, o autor demonstra o artifício utilizado pela monarquia para solucionar esse impasse: “colocada entre dois poderes do Estado – o Ofício palatino e os Concílios – a monarquia tinha naturalmente indicada como marcha política a dominação de ambos, opondo-os um ao outro, aproveitando dos conflitos e levantando sobre eles o fundamento de uma autoridade soberana” (1994, p.104). Para tanto, ver Martins, Oliveira. *História da civilização ibérica*. Lisboa: Guimarães).

violência dos governos chamados fortes” (Duarte, 1966: 124). Sem deixar cair no esquecimento o contexto no qual faz tais e outras afirmações, “a própria violência é um dos aspectos de sua falibilidade. Esse apelo à força ou a outros recursos de ação direta e elementar, denuncia a carência de um espírito público em que a instituição política pudesse apoiar-se e ganhar, por sua vez, outra ascendência no sentimento e no ideal coletivo”, é que se pode levar à reflexão o que ele diz (1966, p.124).

Conforme observa Luiz Guilherme Piva, “Duarte remonta, como os outros autores, às origens da formação lusitana para explicar esses traços e os atribui ao poder das comunas, que resistiram sempre à unificação precoce do Estado português e dotaram de grande poder os municípios, autônomos e possuidores de leis próprias, refratários à centralização e à Nação. Exercendo enorme poder temporal, a Igreja também auxiliou nessa formação. Além disso, o ruralismo centrado na unidade familiar proprietária estruturou todo o direito português e sua organização política” (2000, p.232).

Mas parece que nem tudo no processo de colonização da América portuguesa resultou em domínios territoriais, com formação de forças e poderes locais, no intuito exclusivo de impor-se ao poder central, já que, como denunciou em *Os Sertões*, ficou claro para Euclides da Cunha que nem tudo fazia parte de uma vida orgânica, nem tudo era país, nem tudo era uma nacionalidade.

Brevemente, podemos assinalar que, na primeira parte de seu trabalho, Euclides da Cunha cuida de traçar as distinções históricas, sociais e físicas - incluídas neste último aspecto as dimensões geográficas, climatológicas e topológicas -, chamando atenção para a influência do meio físico-geográfico sobre o clima bem como os tipos sociais do brasileiro, em especial, o sertanejo⁹; em seguida, descreve as variações de um território subdividido em três zonas distintas decorrentes de três *habitats* nos quais podem ser encontrados os três tipos sociais distribuídos pelo amplo e vasto território do país; em última análise, por suas vez, o jagunço ou sertanejo, pelas qualidades e estruturas peculiares de sua originalidade e disposição geográfica, forjou um elemento social cuja formação histórica implicou uma moral insulada ao Norte do país. Tal isolamento dera uma

⁹ Esta é também uma perspectiva metodológica adotada por Oliveira Vianna, que estará publicando sua primeira obra em 1920, dezoito anos depois da publicação de *Os Sertões*.

originalidade ao sertanejo intocada e não contaminada por outros elementos, pois imune de mestiçagens¹⁰, imprimindo uma vida orgânica física e moral forte, embora a aparência induza concluir o contrário, sendo o tipo social do Sul sua antítese mais fiel, “insulado deste modo no país, que o não conhece, em luta aberta com o meio, que parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária, nômade ou mal fixo à terra”¹¹, o *Hércules-Quasímodo*, como diz, resume-se em Antônio Conselheiro - homem; indivíduo; peregrino; monstro; místico; sagrado; profano; pietista; profeta; salvador; autoridade; subversivo; revolucionário; simplesmente conselheiro –, um representante natural do meio físico e da vida social¹² em que nasceu. Conhecido o desconhecido, vencido, porém, não rendido, finda-se o fundador e seu arraial do Bom Jesus, fixa Canudos na História, parte do Brasil a ser regida e nunca mais esquecida.

Para concluir o presente capítulo, recorreremos aos trabalhos de Roberto Augusto DaMatta (1997), de Eduardo Vasconcelos Raposo (2008) e Maria Alice Rezende de Carvalho (2002), através dos quais será possível entender melhor como se modelou este universo ambíguo que é a esfera pública no Brasil, sobre a presença do particular e do relacional na vida social, bem como a natureza híbrida e paradoxal das instituições públicas no Brasil, o que talvez explique a dificuldade dos brasileiros diante de noções eminentemente universalistas tal como são cidadania e políticas públicas.

Em linhas gerais, DaMatta (1997) elabora uma abordagem sobre o conceito de cidadania¹³, enfatizando a historicidade deste conceito e o seu papel social. Daí que, sendo um fenômeno social, a cidadania brasileira teria uma característica própria, se comparada à experiência de outros países do Ocidente europeu. Nestes países vigoraria a idéia de indivíduo-cidadão e a existência de regras universais. Por outro lado, no Brasil – como foi possível observar até aqui –, nos

¹⁰ Seja porque impediram a entrada de elementos concorrentes nos arredores e interior de suas terras e solo desde as grandes concessões sesmarias, seja pelas proibições régias (7 de fevereiro de 1701) de não comunicação do Centro e do Sul com àquela parte Norte do país, para além do rio São Francisco, seja enfim pelo tormentoso e ingrato meio físico avesso à frutificação de populações. Cf. Cunha, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006, páginas 138-145.

¹¹ Página 171, *ibidem*.

¹² Página 183, *ibidem*.

¹³ O autor se apóia em duas teorias para fazer tal inflexão: a de T.H. Marshall e a de Louis Dumont, respectivamente.

depararíamos com um universo relacional e, por extensão, com várias fontes de cidadania, daí o problema na observância das regras impostas pela sociedade como um todo.

Conforme analisa, o conceito moderno de cidadania está ancorado em dois princípios: de um lado, na idéia fundamental de indivíduo (e a ideologia de individualismo) e, de outro, em regras universais, isto é, válidas para todos e em qualquer espaço social.

Por conseguinte, faz a seguinte indagação:

- 1) como essa noção é percebida e vivida em sociedade onde a *relação* desempenha um papel crítico na concepção e na dinâmica da ordem social?
- 2) Como é que a idéia de cidadania como forma específica de *pertencer a uma dada totalidade social* é entendida no caso do Brasil?

Seu estudo nos demonstra que, no Brasil, a cidadania é eminentemente uma relação, de pessoa para pessoa, e não entre indivíduos iguais. Diante da realidade social brasileira, a palavra cidadania assume um sentido pejorativo, isto é, não significa uma qualificação, mas antes um distanciamento da posição privilegiada que detinha anteriormente.

Assim, pode-se perceber que o cenário da cidadania brasileira está diretamente ligado à formação da própria sociedade, na qual prevaleceu sempre *a relação entre pessoas desiguais e em contextos integradores*.

Se compararmos ligeiramente à experiência norte-americana, verificaremos uma construção a partir de iguais, mas de indivíduos separados, o que faz toda diferença para a noção de cidadania. Em breve comentário, a formação da totalidade, nos EUA, ocorre de partes iguais para o todo, ao passo que, no Brasil, privilegia-se o todo segundo suas posições hierárquicas superiores e desiguais.

A partir desta análise comparativa, pondera que

“no Brasil, por contraste, a comunidade é necessariamente heterogênea, complementar e hierarquizada. Sua unidade não está baseada em indivíduos (ou cidadãos), mas em relações entre pessoas, famílias e grupos de parentes e amigos” (1997, p. 84)

Há um outro detalhe a ser acrescentado, trata-se da própria acomodação da idéia de cidadania no Brasil. Foi num contexto de liberalismo político e

modernização do país que entra em cena a ideologia da cidadania. Por isso, como acentua Damatta,

“creio que o ponto básico de tudo isso é o seguinte: não obstante a tradição tomista e centralizadora vigente no caso brasileiro, não se pode excluir um outro dado fundamental. É que a sociedade a ela relacionou a tradição liberal e puritana que tem no indivíduo e no cidadão a sua unidade mais importante. Isso significa que a uma tradição centralizadora e legalista, somamos uma outra, igualitária, individualista e liberal. O resultado é um sistema social no qual convivem diferentes concepções de sociedade, de política, de economia e, naturalmente, de cidadania”.(1997, p. 86)

Nesse sentido, o quadro determinante da cidadania brasileira é aquele que se constitui a partir dos laços pessoais na esfera privada e que, nas malhas de todo tecido social, engendra pontos nodais que representam a conformação de certos grupos e segmentos particulares cujos interesses estão voltados apenas e tão somente em benefício deste grupo, e não da coletividade.

A lei aparece sempre como sujeição a procedimentos burocráticos para os desconhecidos, de um lado, e uma gama de privilégios para os familiares, amigos e conhecidos, de outro, porquanto manifestação do reconhecimento.

Com efeito, é preciso lembrar que este reconhecimento não está calcado na autenticidade nem na impessoalidade em que o indivíduo é colocado no âmbito das sociedades da Europa ocidental, conforme demonstrou Charles Taylor¹⁴.

A inquietação norteadora da pesquisa de DaMatta repousa justamente na tentativa de compreender como os “indivíduos” se agenciam na sociedade brasileira diante de um repertório de mecanismo sociais, razão pela qual, segundo ele, passou a estudar os significados sociológicos da seguinte frase: “Você sabe com quem está falando?”. Nas suas palavras, “tudo isso nos faz entender por que todos os brasileiros sempre navegam socialmente realizando um cálculo personalizado de sua atuação” (1997, p. 91)

Mais uma vez, chegamos à conclusão de que

“o resultado é que todas as instituições sociais brasileiras estão sempre sujeitas a dois tipos de pressão. Uma delas é a pressão universalista, que vem das normas burocráticas e legais que definem a própria existência da agência como um serviço público. A outra é determinada pelas redes de relações pessoais a que todos estão

¹⁴. TAYLOR, Charles *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000. V. tb. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1997.

submetidos e aos recursos sociais que essas redes mobilizam e distribuem” (1997, p. 91)

Portanto, a sociedade brasileira se classifica como uma sociedade cuja cidadania se materializa num universo relacional, onde convivem posturas que se compensam e se complementam. De um lado, o âmbito da casa e das relações pessoais, e de outro, da rua e do indivíduo isolado, onde imperam as leis impessoais. Estas seriam as marcas do tradicional e do moderno no Brasil. O privado e o público. Realidade na qual o discurso e o ideal destoam nitidamente do que se observa na prática.

Contudo, o professor Roberto DaMatta vislumbra uma conciliação desta tensão constitutiva da vida social e política do Brasil, entre o tradicional e o moderno, entre a casa e a rua, quando propõe que

“a resposta é encontrada na capacidade de relacionar um sistema com o outro, preferencialmente fazendo com que as experiências negativas de um lado possam se transformar em experiências positivas do outro (...) Sabemos, porém, que sua pedra de toque é a capacidade de relacionar e de assim criar uma **posição intermediária**, posição que assume a perspectiva da relação e que se traduz numa linguagem de conciliação, negociação, gradação. Sustento que isso é tão crítico que explica a popularidade de figuras como o malandro e o político populista (carioca ou mineiro), que estão sempre manipulando com habilidade os dois lados”(1997, p.102)

Segundo ele, existe uma chave interpretativa para tal tensão:

“tudo nos leva a um ponto central, já tantas vezes mencionado. É que a sociedade brasileira tem fontes diversas para a classificação e filiação de seus membros. Realmente, enquanto as sociedades que passaram pela revolução individualista instituíram um código de conduta heterogêneo, fundado na idéia de cidadão, as sociedades relacionais têm muito códigos de comportamento operando simultaneamente. Só que eles não estão em competição, mas são complementares entre si. Assim, o que um nega, o outro pode facultar”. (1997, p.103)

Já Eduardo Raposo parte do pressuposto de que a formação do Estado nacional brasileiro poderia ser devidamente entendida analisando-se a confluência de duas tradições originalmente distintas, a Ibérica e a Anglo-saxônica, isto é, de

um lado, o corporativismo, e de outro, o contratualismo. Daí sua tese central: “ não que se trate de um destino inexorável, mas o fato é que a América Latina convive com a modernidade e maneira contraditória e peculiar, tendo constituído sua identidade em meio a tradições paradoxais” (2008, p.61).

Ao retomar os trabalhos de historiadores como Vitorino Magalhães Godinho e Cláudio Véliz¹⁵, Eduardo Raposo aponta o que caracterizou especificamente a estrutura social e política dos países ibéricos (Portugal e Espanha) - a) *industrialização falhada*; b) *a irrealizada sociedade burguesa*; c) *e uma cultura sem eficácia social* - no contexto do processo de dominação de suas colônias – d) *ausência de experiência feudal na tradição latino-americana*; e) *ausência do fenômeno de dissidências religiosas e o resultante centralismo latitudinário da religião dominante*; f) *ausência de qualquer acontecimento ou circunstância, ao largo desses anos, compatível com a revolução industrial européia*; g) *ausência de aspectos da evolução social e política associados à Revolução Francesa*, respectivamente (2008, p.61).

Refletindo sobre as origens e os processos constitutivos do Estado nacional, o autor traz as referências históricas acerca da configuração do Estado Absolutista na Europa ocidental a partir dos trabalhos de Perry Anderson¹⁶, Bertrand Badie¹⁷, Pierre Birbaum e Stanley Hoffman¹⁸, e particulariza tal debate ao caso brasileiro com as contribuições de Raymundo Faoro¹⁹, Simon Schwartzman²⁰, Wanderley Guilherme dos Santos²¹, Renato Boschi e Eli Diniz²², Edson Nunes e Bárbara Guedes²³, Peter Evans²⁴ e Aspásia Camargo²⁵. Correndo o risco de uma apertada

¹⁵ Godinho, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Editora Arcádia, 1975; e Véliz, Cláudio. *La tradición centralista de América Latina*. Barcelona: Editorial Ariel, 1984.

¹⁶ *L'État absolutiste: ses origines et ses voies*. Vol I. Paris: François Maspero, 1978.

¹⁷ *Sociologie de l'État*. Paris: Grasset et Fasquelle, 1979.

¹⁸ *Lê consensus américain*. In Pouvoirs – Revue d'Études Constitutionnelles et Politiques, nº 2, 1984.

¹⁹ *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 13ª ed. São Paulo: Globo, 1998.

²⁰ *As bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

²¹ *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

²² O corporativismo na construção do espaço público. In R. R. Boschi (org.). *corporativismo e desigualdade*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora/IUPERJ, 1991.

²³ *Clientelism and bureaucratic insulation: towards a political sociology of contemporary Brazil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, mimeo, 1983.

²⁴ *Predatory, developmental, and other apparatuses: a comparative political economy perspective on the Third World States*. In Sociological Fórum, vol. 4, nº 4, 1989.

²⁵ *As dimensões da crise*. In Camargo, A.; Diniz, E. (orgs.). *continuidade e mudança no Brasil da Nova república*. São Paulo: Vértice/Editora dos Tribunais, 1989.

síntese, pode-se dizer que tivemos um caso de centralização do poder político sobre a população e o território que teria por diferenciação a característica de um estado nem forte, como o francês, nem fraco, como o inglês, resultando assim – dado o fato de ausência do fenômeno do feudalismo entre nós –, numa configuração do poder estatal munido de uma dominação de natureza patrimonialista, clientelista e corporativista, o que indicaria a dificuldade de se separar o público e o privado, e promover políticas públicas universais no país.

Com efeito, é a partir de tais referências que o autor avalia ser importante compreender a construção do Estado e interpretar os fatos caracterizadores no Brasil moderno, principalmente a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930. Assim é que “devem ser considerados para entender o caráter do Estado que foi criado no Brasil, sobretudo a partir dos anos de 1930. São eles o poder que o Estado nacional passou a ter, como principal controlador das mais importantes vias de acesso de uma sociedade que se industrializava a passos largos, e uma assoladora instabilidade que passou a fustigá-lo” (2008, p.61).

Reconhecida esta façanha de Vargas na condução da centralização do poder político na atmosfera dos acontecimentos que caracterizam as primeiras décadas do século XX, na outra chave está o que Eduardo Raposo diagnostica como sendo o embrião de uma “modalidade de competição, corporativa e desestabilizadora, (que) passou acompanhar a vida pública nacional a partir de 1930” (2008, p.62).

Discorrendo sobre as idas e vindas de governos autoritários e democráticos ao longo do século, determinantes para caracterizar a natureza instável da vida pública nacional, ele destaca outro problema: a desigualdade.

Instabilidade institucional e desigualdade são justamente os dois problemas determinantes que afligem a sociedade brasileira desde a aurora de sua modernidade, iniciada em 1930, segundo Eduardo Raposo.

Conforme pondera Maria Alice Rezende de Carvalho, no caso do Brasil, a agenda reformadora dos liberais nunca encontrou espaço, seja no Império, seja na República velha; ela ficou retida nas elites como uma ideologia. Legou-se ao Estado o papel de incorporar os novos setores sociais emergentes no mundo urbano. Tal modernização autoritária tem pautado a vida social e política do país desde que a década de 30 até período recente. Para a autora, “a norma e a constitucionalização, no Brasil, não foram fruto da projeção da *potesta* individual ao plano político; aqui o Estado foi o promotor das transformações jurídicas que,

ao longo do último século, tem projetado a modernização civilizatória ao plano das consciências”. (2002, p.316)

Na medida em que o Estado concentra em si as prerrogativas de controlar a sociedade e promover as mudanças, suas instituições tornam-se a arena de uma competição cujos atores reivindicam itens para além dos serviços que elas possam oferecer, o que consistirá no fator principal de instabilidade, ou seja, “os grupos políticos passaram a relegar a um segundo plano a competição de seus serviços, dedicando-se, prioritariamente, a disputar a exclusividade do acesso e do controle político e patrimonial” (Raposo, 2008, p.62).

Nessa perspectiva, esse Estado corporativo seleciona os grupos que terão acesso às políticas públicas, bens e serviços, razão pela qual teríamos caracterizada uma distribuição desigual das riquezas produzidas coletivamente. Eis aí os dois a atingir a histórica política do país ao longo do século XX: instabilidade institucional e desigualdade social. Assinalada a natureza híbrida do Estado brasileiro, várias outras tensões, segundo ele, poderiam ser interpretadas, tais como: atraso e modernidade; público e privado; estatismo e liberalismo; ordem oligárquica e ordem burguesa; democracia e hierarquia; iberismo e americanismo, dentre outras (Raposo, 2008, p.63).

É importante assinalar aqui uma importante discussão acerca destas nossas bases culturais ibéricas, que no trabalho “A redescoberta da cultura”, é muito bem abordada por Simon Schwartzman²⁶. Isto serve para evidenciar o que estava na base de nosso processo civilizatório, isto é, aquilo que representou o “gênio político ibérico²⁷” orientador da colonização desenvolvida no Brasil²⁸. Para além dos pontos de vista e perspectivas díspares, é a obra de Richard Morse uma excelente porta de entrada para se realizar uma análise do berço de nossa tradição cultural.

A partir dessas interpretações sobre a formação social e institucional brasileira, verifica-se como o espaço público brasileiro foi o resultado de um amplo processo cujos desdobramentos se deram sob a influência das relações tradicionais de cunho privado, as quais deitam suas raízes no passado colonial.

²⁶ Cf. *A redescoberta da cultura*. São Paulo, EDUSP, 1997.

²⁷ Sobre a influência da tradição cultural ibérica na formação social brasileira, ver Maria Alice Resende de Carvalho, no prefácio de *A revolução passiva*, de Luiz Werneck Vianna.

²⁸ Outros apontamentos sobre essa influência consultar *Os Bestializados*, de José Murilo de Carvalho.

Como já parece estar claro, tratar do tema da cidadania exige um mínimo exame das origens, do padrão e das transformações que orientam o processo de formação de uma dada sociedade. Ora, como visto acima, o surgimento da cidadania na Europa ocidental envolveu certos elementos e pressupostos definidores de seu desenvolvimento, isto é, que dirigiram seu rumo num certo sentido e direção, fazendo eclodir um indivíduo possuidor de direitos inalienáveis através dos quais luta e participa pela expansão dos mesmos numa ordem social livre e igual na qual vige o imperativo racional-legal.

Contudo, no Brasil, será que nos movemos nessa mesma direção e sentido? A resposta nos parece ser completamente negativa. Como poderemos verificar no presente capítulo, não podemos acreditar que possuímos os mesmos princípios, valores e padrão cultural, haja vista possuímos tendências que obedecem a desígnios efetivamente opostos.

Eis o traço peculiar e contraditório da formação social e das instituições públicas no Brasil, que parece estar sendo sempre atualizado, em movimento pendulares, no contexto da vida republicana nacional. Pode-se dizer que tais experiências são marcas indeléveis de nossa vida social e institucional, e que inegavelmente contribuíram para a manutenção e estabilidade de um quadro (re) produtor da pobreza e desigualdade no país²⁹.

²⁹ Para tanto, conferir o trabalho de Ricardo Paes de Barros (org.) intitulado *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*, 2001.